

Ensino e Pesquisa da Comunicação para o Desenvolvimento Local: a experiência do Mestrado em Extensão Rural da UFRPE¹

Maria Salett Tauk Santos²
Angelo Brás Fernandes Callou³

As transformações vividas no território rural, e fora dele, a partir dos anos de 1990, pareceram apontar para exaustão da Extensão Rural, enquanto campo de pesquisa e ação para o desenvolvimento. As demandas do rural contemporâneo, entretanto, continuaram a exigir uma ação extensionista, agora não mais associada como antes a modelos modernizadores, mas num outro patamar: o da gestão de processos comunicacionais para o desenvolvimento local (Tauk-Santos, 1998). Processos esses que compreendem o planejamento de estratégias de comunicação capazes de viabilizar a participação comunitária no enfrentamento de problemas ligados à luta contra a exclusão social.

Se no passado a exclusão social resultara da ação vertical de um pretense desenvolvimento nacional modernizador, hoje se configura pelo enfraquecimento da ação mediadora do Estado, supostamente capaz de garantir a participação dos setores rurais face à mundialização dos mercados e das culturas. É nesse sentido que emerge a perspectiva do desenvolvimento local que visa, através de atores sociais, desenvolver localmente potencialidades econômicas endógenas como estratégia de democratização política e justiça social.

Do ponto de vista teórico, a perspectiva de uma Extensão Rural para o desenvolvimento local apoia-se nas novas interpretações sobre o território agrário, ampliando a noção de rural para outras atividades econômicas não agrícolas (Campanhola; Graziano, 2000; Abramovay, 2003), a exemplo do turismo rural, artesanato, indústrias e serviços. As chamadas novas ruralidades assumem importância se for levado em

¹ Trabalho apresentado ao NP n°. 9 – Comunicação Científica e Ambiental.

² Professora e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da UFRPE, Doutora em Ciências da Comunicação.

³ Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da UFRPE, Doutor em Ciências da Comunicação.

consideração que o Brasil é um país mais rural do que se acreditava no passado. Segundo José Eli da Veiga (2002), mais de 70% dos municípios brasileiros, são considerados rurais.

Soma-se a isso a compreensão que se chegou a partir dos estudos culturais latino-americanos nas pesquisas em Comunicação, particularmente as de Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini, que possibilitaram visualizar as culturas populares no meio rural como culturas híbridas. Abandona-se a noção de que as populações rurais fazem parte do universo cultural tradicional, para compreendê-las como culturas capazes de assimilar práticas da cultura hegemônica, como, por exemplo, as propostas governamentais de desenvolvimento, e ao mesmo tempo interagir e produzir novos sentidos.

Esses pressupostos trouxeram questões sem precedentes no plano teórico da Extensão Rural. Ainda são insuficientes as pesquisas acadêmicas capazes de nortear as novas exigências de uma Extensão Rural, voltada à superação da pobreza no campo, a partir de desafios e potencialidades locais. Tais desafios envolvem, entre outros, aspectos ligados às diferentes formas de organização associativa, as questões ambientais, à agroecologia na agricultura familiar e à participação das mulheres e dos jovens no novo território rural. O que torna mais complexo, portanto, o planejamento de políticas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local.

Em outras palavras, já não é mais possível explicar os contextos populares rurais e propor modelos de Extensão para o desenvolvimento, nem a partir da difusão de inovações, nem tampouco, através da perspectiva da comunicação participativa que lhes faz reação.

A partir dessas preocupações, os pesquisadores em Extensão Rural começaram a desenvolver estudos alinhados a esse novo cenário dos contextos rurais, a exemplo do que foi realizado pelo então GT de Comunicação Rural da Intercom. Esse GT produziu aproximadamente 90 textos ao longo dos seus sete anos de atuação. Muitos desses trabalhos estão reunidos nos livros “Comunicação Rural e o Novo Espaço Agrário” (Callou, 1999) e “Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local” (Callou, 2002).

Frente à necessidade, cada vez mais premente, de formar pesquisadores, professores e profissionais das Ciências Agrárias e da Comunicação para lidar com os

contextos rurais contemporâneos, foi criado, em 2004, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX). O Mestrado desenvolve duas linhas de pesquisa: “Políticas e Estratégias de Comunicação” e “Extensão Rural para o Desenvolvimento Local”.

A primeira linha está voltada para os estudos de estratégias de comunicação nas políticas públicas, envolvendo organizações governamentais e não governamentais no âmbito do desenvolvimento local. São contempladas as culturas populares e suas diferentes manifestações de hibridização com a cultura massiva; a folkcomunicação; os estudos de recepção de mídias e programas de intervenção social; além das análises discursivas e os impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação na sociedade rural contemporânea.

A segunda linha se dedica ao estudo dos processos de Extensão Rural relacionados às organizações governamentais, não governamentais, associações, cooperativas, conselhos de desenvolvimento, sindicatos e movimentos sociais no desenvolvimento local; se dedica, ainda, aos estudos da participação popular, incluindo questões de inovação tecnológica, ambiental, de gênero e cidadania e da Extensão Rural envolvendo processos educativos nas atividades produtivas agrícolas e não agrícolas.

Para dar suporte às linhas de pesquisa, o POSMEEX oferece um elenco de doze disciplinas, sendo quatro obrigatórias, Comunicação e Culturas Populares, Extensão Rural, Fundamentos da Comunicação e do Desenvolvimento Local e Metodologia da Pesquisa em Extensão Rural; e oito optativas, Análise do Discurso, Antropologia e Identidades Culturais, Comunicação e Informação Científica para o Desenvolvimento, Economia Social e Terceiro Setor, Folkcomunicação, Imaginário e Cotidiano Rural e Metodologia do Ensino Superior em Extensão Rural.

O Programa oferece, ainda, Estágio Docência, Estudos Individualizados, Seminários e Tópicos Avançados. Os tópicos avançados constituem uma oportunidade de atualização das linhas de pesquisa, através da participação de professores de outras instituições nacionais e estrangeiras. Trata-se também de um espaço que permite o desenvolvimento de projetos de recém doutores.

Com apenas um ano de funcionamento, o POSMEEX conta com aproximadamente 37 pesquisas de alunos e professores em curso. Os objetos dessas pesquisas variam

desde a análise das propostas e estratégias de comunicação das organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento, incluindo estudos de recepção de políticas culturais; a construção da gestão participativa municipal na pesca, na saúde, na educação e nas incubadoras de cooperativas, até os estudos das novas tecnologias da informação e comunicação, na perspectiva da inclusão digital dos contextos populares.

Dentro desse quadro de ensino e pesquisa da Extensão Rural, pela via da Comunicação e do desenvolvimento local, parece necessário iniciar uma discussão particularmente no que diz respeito às estratégias de comunicação e à própria noção de desenvolvimento local que dá suporte ao Programa. Partimos da leitura de Boaventura de Sousa Santos (2002) sobre os processos de globalização e estratégias, para tecer algumas considerações.

POSMEX e Desenvolvimento Local

O sentido do desenvolvimento local no âmbito do POSMEX se desenvolve em meio a um debate sobre os processos de mundialização das culturas e dos mercados frente ao qual o desenvolvimento local adquire significado.

Nos últimos dez anos constatamos a disseminação generalizada de políticas de desenvolvimento local, legitimadas por segmentos ligados às organizações governamentais, não governamentais e sociedade civil, suscitando uma espécie de pensamento único: a defesa do desenvolvimento local, como saída para a exclusão social no mundo contemporâneo. Neste modelo, a temática recorrente da participação comunitária, do estímulo à organização popular, através da criação de associações e fóruns municipais formalmente constituídos, são condições tidas como fundamentais a qualquer política de desenvolvimento local. Como princípio, a idéia é defensável, na medida em que o pensamento da Extensão Rural pós Paulo Freire (1979) sempre defendeu esta perspectiva, ainda que dentro de um cenário no qual a participação, muitas vezes, não passava de uma retórica legitimadora.

No cenário atual, em que os contextos populares rurais são convocados reiteradamente a assumir o modelo que propõe a gestão participativa e compartilhada do

desenvolvimento, os questionamentos de Safira Bezerra Ammann (1982), no final dos anos de 1970, parecem atuais.

Na época, a autora levantava as seguintes questões: “porque o Desenvolvimento de Comunidade e a participação passaram a assumir tanta importância nas políticas de desenvolvimento nacional? Que condições histórico-estruturais e conjunturais determinam essa relevância e quais são as intenções veladas ou manifestas no estímulo à participação?” (p. 18).

Sabe-se que a exigência atual de estratégias participativas para o desenvolvimento local, em contextos populares rurais, representa hoje muito mais os interesses dos órgãos governamentais, do que resultados das reivindicações dos movimentos populares. É sabido que a participação é algo indispensável para garantir a sustentabilidade de qualquer processo de desenvolvimento. Há que se considerar, entretanto, que a recente proposta de uma “sociedade civil forte”, participativa, organizada, para enfrentar os efeitos da exclusão, vem sendo construída para defender interesses mais amplos engendrados pela globalização.

Neste sentido, Santos (2002: 37-38) analisando a globalização, no que diz respeito ao poder estatal, chama a atenção para o “emagrecimento” do Estado na sua passagem de um modelo de regulação social e econômica para uma atuação em parcerias com outras formas de organização, governamental, para-governamental e não governamental, na qual “o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação *primus inter pares*”. Para esse autor, a desregulação passa a ser uma exigência que o próprio Estado assume como tarefa: a de “intervir para deixar de intervir”.

É nessa direção, a nosso ver, que devemos situar o atual e reiterado chamamento das organizações governamentais, para que os contextos populares participem dos projetos de desenvolvimento local. Chamamento esse, sem precedentes na história do desenvolvimento rural no Brasil. Podemos aí também compreender a razão pela qual se estimula fortemente a formação dos mais diferentes tipos de associação no meio rural e a criação de fóruns municipais de desenvolvimento, presentes na maioria dos princípios brasileiros (Abramovay, 2003). É importante salientar, que o “estímulo” à organização atual faz parte, na maioria das vezes, das determinações das agências financiadoras, a exemplo do Banco Mundial, que, segundo Santos (2002:31), subordinam os Estados nacionais. São aspectos dessa natureza que

fazem os questionamentos de Ammann, já mencionados, terem uma dimensão extremamente contemporânea.

Compreendido, assim, o papel do Estado no processo de globalização, convém, ainda, ressaltar que, como assinala Santos (2002: 89-90), existem duas leituras do fenômeno: uma paradigmática e outra subparadigmática. A paradigmática tem a ver com “um período de crise final da qual emergirá um novo paradigma”. Trata-se, portanto, de uma crise vertical, ou como ele mesmo afirma, uma “crise civilizatória ou epocal” (2002: 92).

A segunda leitura que Santos (2002: 94) chama de subparadigmática, diferentemente da anterior, apesar de reconhecer as mudanças socioeconômicas e culturais globais, expressa “apenas a turbulência temporária e o caos parcial...” Neste caso, diz respeito a uma espécie de re-acomodação do capital. Santos considera o processo de globalização na versão paradigmática, com certo entusiasmo esperançoso, como “a inauguração de uma nova era de solidariedade global” (2002: 94).

É na perspectiva de construção dessa via paradigmática da globalização, que defendemos uma proposta de ensino e pesquisa do desenvolvimento local dentro do POSMEX. A missão do Programa, na nossa compreensão, é a de analisar fenômenos contemporâneos da relação global/local e propor estratégias de ações para uma nova política de Extensão Rural comprometida com os contextos populares no combate à pobreza, a exclusão social e pela sustentabilidade.

A compreensão que se pode tirar desse itinerário teórico é a de que a noção de desenvolvimento local está envolvida numa teia mais ampla de significações, que deve repercutir, de alguma maneira, sobre as políticas e estratégias de comunicação adotadas pelos atores governamentais e não governamentais implicados no processo.

Neste sentido, um Programa de Pós-Graduação com a natureza do POSMEX não pode se eximir de dar uma contribuição ao debate em defesa de que as políticas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local não podem estar alheias a essa teia de significações mais amplas do contexto onde elas são geradas. Nem, tampouco, distanciar-se do estudo das formas como os diferentes atores se apropriam das estratégias do processo comunicacional.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- AMMANN, Safira Bezerra. (1982). *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Cortez.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). (1999). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. Recife-São Paulo, Imprensa Universitária da UFRPE. (Coleção GT's N. 8).
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). (2002). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. Recife-São Paulo, Bagaço. (Coleção GT's N. 13).
- FREIRE, Paulo (1979). *Extensão ou comunicação?*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAMPANHOLA Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Editores). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariuna, SP : EMBRAPA, Meio Ambiente, Volume 4, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.).(2002). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo, Cortez. p. 25-102.
- TAUK-SANTOS, Maria Salett. (1998). "Gestão da comunicação no desenvolvimento local". *Revista Comunicação e Educação*, n.11, São Paulo, Eca-USP, Ed. Moderna.
- VEIGA, José Eli da (2002). *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campina/SP, Autores Associados.